

Recebido em: 31/10/2021

Aceito em: 21/12/2021

Como citar: ARAÚJO, Amanda Corrêa et al. Bordando à Mão: da experiência de estudantes de psicologia e de serviço social com o acolhimento de mulheres em um serviço-escola em tempos pandêmicos. *Boletim Entre SIS*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 92-102, dez. 2021.

BORDANDO À MÃO: DA EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E DE SERVIÇO SOCIAL COM O ACOLHIMENTO DE MULHERES EM UM SERVIÇO-ESCOLA EM TEMPOS PANDÊMICOS

THAND EMBROIDERING: FROM THE EXPERIENCE OF PSYCHOLOGY AND SOCIAL SERVICE STUDENTS TO WELCOME WOMEN TO A SCHOOL SERVICE IN PANDEMIC TIMES

Amanda Corrêa de Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS/Brasil
E-mail: amanda-c-araujo@hotmail.com

Daniela Dworakowski Dall’Agnol

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS/Brasil
E-mail: daniela.dallagnol@ufrgs.br

Mariane Svirski

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS/Brasil
E-mail: mariane_svirski@hotmail.com

Manoela Horowitz Petersen

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre – RS/Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS/Brasil
E-mail: manoela@gmail.com

Resumo

O projeto Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI) surgiu em Dezembro de 2019. Inicialmente, sua proposta estava voltada à educação permanente de profissionais que se ocupavam da escuta e da assistência de mulheres em situação de violência. Contudo, dado o alarmante cenário sócio-sanitário que se impôs, o cronograma de atividades teve de ser repensado. Isso ocorreu, principalmente, devido ao aumento contundente dos índices de violência doméstica e ao desamparo dos agentes de cuidado, visto a (quase) inevitável fragilização da rede de assistência. A partir disso, a proposta de realizar grupos de escuta mútua para mulheres é concebida, inaugurando um modo de escuta diferente do costumeiro atendimento individual. É por meio das redes sociais que esses grupos se ampliam, de modo que mulheres que enfrentam alguma situação de violência têm o acesso facilitado. A CliFI se articula nos seguintes grupos de trabalho (GTs): GT Formação, GT Rede, GT Comunicação e GT Acolhimento. As autoras

concentram suas experiências no último deles. Esse GT tem sua atuação voltada ao primeiro contato com as mulheres que buscam um espaço de escuta para si. O acolhimento das mulheres é individual, realizado por uma dupla de escutadoras via chamada de vídeo. Esse processo não tem tempo de duração pré-determinado, variando conforme a queixa trazida e a disponibilidade de quem busca o serviço, podendo ter desencadeamentos diversos, entre eles a inclusão da mulher em um dos grupos mencionados. Concebemos o acolhimento de modo sensível e atento às interseccionalidades inerentes à existência de cada mulher, procurando evitar uma instrumentalização a priori que culmine em uma escuta homogeneizada e cansada. Trata-se de um bordado feito à mão, ou, ainda, com todo o corpo. O novelo, ali, não é de lã, mas de afetos.

Palavras-chaves: Acolhimento; Rede de apoio; Grupos; Violência de gênero; Mulheres.

Abstract

The project “Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade” emerged in December 2019. Initially, its proposal was aimed at continuing education for professionals who were concerned with listening to and assisting women in situations of violence. However, given the alarming socio-sanitary scenario that imposed itself, the schedule of activities had to be rethought. This was mainly due to the sharp increase in the domestic violence rates and the helplessness of caregivers, given the (almost) inevitable weakening of the care network. From this, the proposal to create mutual listening groups for women is conceived, inaugurating a way of listening that is different from the usual individual care. It is through social networks that these groups expand, so that women who face some situation of violence have easier access. The CFI is articulated in the following working groups (WGs): WG Formation, WG Network, WG

Communication and WG Reception. The authors focus their experiences on the last one. This WG is geared towards the first contact with women who seek a listening space for themselves. The reception of women is individual, carried out by a pair of listeners via video call. This process does not have a pre-determined duration, varying according to the complaint brought and the availability of those seeking the service, and may have different triggers, including the inclusion of women in one of the groups mentioned. We conceive welcoming in a sensitive and attentive way to the intersectionalities inherent in the existence of each woman, seeking to avoid an a priori instrumentalization that culminates in a homogenized and tired listening. It is a needlework done by hand, or even with the whole body. The yarn there is not made of wool, but of affection.

Keywords: Reception; Support network; Groups; Gender violence; Women.

SOBRE NOVELOS OU O ENROLAR DOS FIOS

O Programa de Extensão Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade¹ (CliFI) surgiu em dezembro de 2019, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o propósito de ser um espaço de educação permanente para profissionais que se ocupavam da escuta e da assistência de mulheres em situação de violência². Essa demanda partiu do pedido do Movimento Social Casa de Referência Mulheres Mirabal e da Organização não-governamental Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos — que no seu trabalho de luta e afirmação dos direitos das mulheres que sofrem violência, passaram a identificar uma necessidade de práticas de cuidado em saúde mental. Inicialmente, a equipe da CliFI foi organizada com profissionais das áreas da Psicologia, Serviço Social e Saúde Coletiva, e no decorrer do trabalho outras disciplinas foram compondo o Programa. Com a pandemia de Covid-19, deparamo-nos com um alarmante cenário sócio-sanitário que se impôs e, com isso, o cronograma de atividades teve de ser repensado. Isso ocorreu, principalmente, devido ao aumento contundente dos índices³ de violência doméstica e ao desamparo dos/das agentes de cuidado, visto a fragilização da rede de assistência. A partir disso, a CliFI atualiza sua proposta de educação permanente e passa a

¹ Interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas.

² A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), tipifica, em seu artigo 7º, as diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

³ Houve um aumento de 22% em casos de feminicídio em 12 estados brasileiros entre março e abril de 2020 se comparado com o mesmo período em 2019. Esses dois meses estavam entre os mais críticos de isolamento social no País, num contexto em que os casos de covid-19 aumentavam (ALVES, 2021).

constituir uma ação de formação-intervenção, oferecendo o acolhimento de mulheres, encaminhadas por estas organizações parceiras, por meio de grupos de escuta mútua (no formato on-line, acompanhados por duas escutadoras), assim definidos:

As reuniões de grupos de ajuda mútua caracterizam-se por encontros [...] nos quais os participantes regularmente acolhem com empatia seus colegas de experiência comum, recriam vínculos de amizade e suporte, trocam estratégias de lidar no dia a dia com seus problemas comuns, e discutem temas relevantes previamente acordados pelo grupo (VASCONCELOS; WCCCK, 2020, p. 01).

A escolha da modalidade grupal parte da compreensão deste espaço como um dispositivo de encontro e de prática do cuidado que coloca em análise as relações que produzem a violência de gênero e o adoecimento psíquico. Assim, concebemos e praticamos o grupo desde uma ética feminista interseccional. Portanto, pensamos que uma prática que abarque as interseccionalidades pertinentes à existência de cada mulher inclui o entendimento de que somos sujeitos de determinados saberes, exercemos poderes e fomos subjetivadas por modos de fazer colonizadores (CliFI, 2021). Ou seja, é preciso considerar de que forma nos implicamos nas ações desempenhadas, procurando reconhecer o que escutamos como diferença que problematiza a matriz epistemológica que guia nosso saber-fazer (IDEM).

Desse modo, pensamos as mulheres escutadas também como escutadoras, não de maneira a posicioná-las em nosso lugar (escutadoras em saúde mental, com nossas diferentes formações), mas reconhecer o saber situado dessas mulheres, que ao compartilharem mutuamente, compõem conosco um comum de cuidado entre mulheres (IDEM). Para tanto, a composição dos grupos é pensada de forma a conferir-lhes um espaço de experiências compartilhadas, considerando a proximidade dos lugares ocupados pelas mulheres na rede discursiva, com o intuito de fazê-las aparecer num campo em que sozinhas ficariam invisíveis e desqualificadas (SATO et al, 2017 apud CliFI, 2021). É mediante a circulação da palavra que as mulheres tecem reflexões sobre o cotidiano, podendo, inclusive, desdobrá-las na percepção da gravidade da situação em que se encontram (DUTRA ET AL, 2013), permitindo-as romper com as opressões vividas por meio de uma “prática emancipatória” (CHAVES; FINCO, 2021, p. 307). Ou seja, as mulheres saem dos grupos com uma visão crítica, mais politizada, apropriadas de seus direitos e fortalecidas, tendo em vista que se trata de um espaço que favorece o reconhecimento do seu lugar no mundo e a identificação de que não é natural ou aceitável que elas ocupem uma posição de inferioridade.

No decorrer do trabalho no ano de 2020, a experiência com os grupos e a ampliação de pedidos de apoio de mulheres que enfrentam alguma situação de violência, nos levaram a uma análise da complexidade da demanda que envolve questões jurídicas, econômicas, psicossociais, entre outras. Desse modo, organiza-se o GT Acolhimento, que atua no momento inicial de recepção às mulheres

que acionam o nosso contato, entendendo a necessidade de uma escuta dedicada à demanda de cada mulher (ocasião em que passa a existir o acolhimento individual prévio à formação dos grupos), numa perspectiva de apoio em rede de políticas sociais públicas. O objetivo desta escrita é apresentar a experiência de formação-intervenção como participantes desse GT, conforme passamos a compartilhar.

AMARRANDO OS FIOS

O GT Acolhimento tem sua atuação voltada ao primeiro contato com as mulheres que buscam um espaço de escuta para si. As mulheres o acessam, primeiramente por meio do encaminhamento da ONG THEMIS e da Organização Social Casa Mulheres Mirabal e, de forma secundária, através das redes sociais e demais meios de comunicação. Esse acolhimento inicial tem por objetivo identificar quais demandas habitam em suas queixas e necessidades, além de mapear as redes de apoio social das mulheres, tecendo um encaminhamento corresponsável e atento. O acolhimento como dispositivo de cuidado e instrumento de intervenção exige uma análise reflexiva e implica a escuta de relatos de muito sofrimento. A instrumentalidade no exercício profissional considera a construção teórico-metodológico, que compreende cada demanda identificada, respeitando os aspectos ético-políticos e a dimensão técnico-operativo no que diz respeito as técnicas e instrumentos disponíveis, aprimorando-os e/ou modificando-os no decorrer da intervenção profissional, uma vez que a atuação profissional deve ser condizente ao enfrentamento das expressões da questão social existentes na sociedade.

“Questão social, que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resiste, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p. 28).”

O acolhimento não se limita a olhar as questões trazidas de modo subjetivo e individual, ao contrário, se propõe trabalhar a coexistência de diferentes eixos de subordinação e de que forma se produzem e reproduzem as relações sociais que posicionam as mulheres nestas relações buscando também a compreensão da questão social que organiza nossa sociedade. Assim, tira-se da mulher em si a problematização da questão, entendendo-a como parte da organização da estrutura social. Nesse sentido, não há um protocolo de acolhimento. Deve-se olhar essa singularidade e buscar a compreensão de como esses atravessamentos sociais se encontram inter-relacionados ao processo saúde-doença e às práticas de cuidado. O compartilhamento de informações tem papel fundamental no fortalecimento dos espaços democráticos, potencializadores das mobilizações sociais, que impulsionam não apenas novas relações sociais, mas uma práxis profissional voltada à defesa de direitos, bem como à consolidação e ampliação da cidadania.

Desse modo, o acolhimento, que acontece de modo online, é realizado por uma dupla de escutadoras. Isso se dá em virtude da complexidade dos casos, visto que se trata de mulheres que, ao longo de suas trajetórias nos serviços e nas redes, sofreram maus tratos, foram desqualificadas, tiveram seu sofrimento desvalorizado, minimizado e, por isso, trazem consigo uma bagagem. Nesse sentido, a escuta sensível é fundamental na construção do protagonismo da mulher, sendo imprescindível o conhecimento da realidade que emerge do seu cotidiano, a fim de fornecer informações e orientações para que ela mesma possa construir suas estratégias de enfrentamento. Esse processo não tem tempo de duração pré-determinado, variando conforme a queixa trazida e a disponibilidade de quem busca o serviço, podendo ter desencadeamentos diversos. Por vezes, o acolhimento por si só, na perspectiva de viabilizar o acesso aos direitos, revela-se importante para dar conta do sofrimento psíquico.

Como o propósito da CliFI não é o atendimento individual, ofertamos o espaço de grupos, questionando-nos, antes, sobre a sua função e potência para cada mulher. Ao compor um grupo priorizamos que uma das escutadoras, vinculada à mulher durante o acolhimento, seja integrante da dupla no grupo. Compreendemos que há uma série de rompimentos na vida das mulheres que nos acessam, e não gostaríamos de reproduzir essas violências. Assim, a mulher chega ao espaço de grupo mais segura, por já ter um vínculo prévio com uma das escutadoras. Essa lógica favorece, também, um fazer interprofissional que, além de estimular trocas, promove um acompanhamento responsável, na medida em que ela não precisa repetir sua história em cada espaço que acessa. Dessa maneira, concebemos o GT Acolhimento como um dispositivo de intervenção transversal, agenciando saberes conforme exerce suas práticas, atento às interseccionalidades associadas à existência de cada mulher e evitando uma instrumentalização a priori que culmine em uma escuta homogeneizada e cansada.

SOBRE O TECIDO QUE AMORDAÇA

Enquanto escutadoras componentes do GT Acolhimento, percebemos desde as primeiras escutas um fator comum que permeia a experiência de grande parte das mulheres acolhidas: a questão da solidão. Muitas delas nunca puderam experimentar um espaço de escuta de si, estando, ao longo de suas vidas, voltadas ao cuidado de outros (cônjuges, filhos(as), demais membros da família, etc.). Trata-se de um modo de vida atrelado à cultura patriarcal que dita às mulheres o lugar de cuidadora - e só esse. Neste sentido é necessário um atento olhar à violência de gênero, concebida como uma questão política e relacionada aos direitos humanos das mulheres, bem como às relações de poder entre homens e mulheres e, a dela derivada (BANDEIRA, 2014), violência doméstica. Parte delas viviam, quando acessaram a CliFI, relacionamentos abusivos, enquanto outras se encontravam em um momento posterior ao rompimento do ciclo de violência. Assim, suas falas apontam para algumas questões acerca desse viver solitário e silenciado.

No que tange aos relacionamentos violentos, percebemos que muitas mulheres se encontram distantes de suas famílias de origem ou, mesmo, com os laços rompidos. Isso é devido ao fato de serem veementemente criticadas por permanecerem nessas relações, mesmo após episódios de agressões físicas. Isso é bem ilustrado por uma participante do estudo de Rocha, Galeli e Antoni (2019) que conta: “eu já evitava falar do que acontecia. Detalhes assim, não. Eu não falava porque eu não queria ouvir.” (pag. 137). Ainda que tais críticas sejam feitas com o intento de que as mulheres rompam com os relacionamentos violentos (ROCHA; GALELI; ANTONI, 2019), elas podem gerar um sentimento de vergonha, de modo que as mulheres optem por não falar sobre a violência vivida (DUTRA et al., 2013).

Destacamos que permanecer, ou não, em relações abusivas não se trata de uma livre escolha; isso se deve, em parte, a ditos socioculturais como o de que cabe à mulher bem agir para manter a coesão familiar (BANDEIRA, 2014). Romper com a relação pode gerar sensação de fracasso pessoal (DUTRA et al., 2013), é o que conta uma mulher que, ao anunciar à mãe seu intuito de se separar, escutou dela um pedido para que “tentasse mais um pouco”. Outros fatores que influenciam na decisão de romper com o relacionamento dizem respeito à “esperança de o agressor mudar de comportamento, o medo de represália e novas agressões, o medo de perder a guarda dos filhos, a censura da família e da comunidade, [e] a dependência afetiva e econômica” (BANDEIRA, 2014, p. 461).

Outro fator são os pedidos de ajuda negados, ignorados ou diminuídos em sua importância. Escutamos uma mulher dizer que, ao buscar o serviço de psicologia do hospital onde trabalhava para pedir ajuda, foi considerada psiquicamente inapta a permanecer em seu posto de serviço, sendo, assim, demitida. Isso demonstra uma reprodução da violência de gênero no âmbito institucional por profissionais dos quais se espera uma escuta atenta e sensível, mas que silenciam o sofrimento da mulher.

Nessa mesma linha, identificamos ações violentas nos serviços da rede de atenção, bem como nas delegacias em que o registro de um Boletim de Ocorrência pode levar horas e submeter a vítima a uma série de constrangimentos, humilhações e revitimização. Sobre as delegacias, Bandeira (2014) coloca a importância da qualificação dos servidores públicos para que a mulher não seja submetida a novos processos de opressão. Ainda vivemos sob a máxima “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, ou seja, o deflagre desse tipo de violência encontra mais uma barreira: uma pactuação social que privatiza certas violências, em ordem de manter separadas as instâncias do público e do privado (IDEM), o que reforça o silenciamento das mulheres. Essa experiência de violência institucional é ampliada no contexto atual de precarização das políticas públicas brasileiras, que reflete a atuação desarticulada dos órgãos de amparo às mulheres. Temos um sistema de proteção frágil, com mudanças constantes das referências institucionais o que, como em uma dança de cadeiras, “essa rede se dissolve

quando os atores mudam de posição e levam consigo sua rede de contatos e apoios” (DUTRA et al., 2013, p. 1300). Essa é uma realidade com a qual nos deparamos frequentemente na CliFI, requisitando constante reorganização do serviço prestado, somado ao fato de, por vezes, haver o esgotamento de algum serviço parceiro.

Ainda nesse sentido, há de se pontuar sobre certo mecanismo dos relacionamentos abusivos, que diz respeito às atitudes adotadas pelo abusador em ordem de restringir as relações sociais da mulher, bem como os espaços que ela ocupa (ROCHA; GALELI; ANTONI, 2019). Isso resulta, em alguns casos, no distanciamento da sua família de origem, de seus amigos e amigas, de seu ambiente de trabalho, entre outros (KRIEGER; TAVARES; OLIVEIRA, 2008). Uma mulher acolhida contou que, já distante de seus familiares e afastada de qualquer atividade profissional, seu cônjuge havia se indisposto com um casal de amigos com o qual, em especial com a mulher, ela entendia poder conversar. Em uma reflexão, ela resgata que o ambiente em que vive a tornou uma pessoa mais seletiva e introvertida.

Nessa perspectiva, outro mecanismo de controle aponta para a extorsão financeira (ROCHA; GALELI; ANTONI, 2019), que restringe ou nega o acesso da mulher a recursos financeiros, mesmo que, por vezes, a renda seja proveniente dela. Uma mulher nos contava: “eu não tenho mais conta no banco, parece que eu perdi a identidade”, enquanto outra relatava trabalhar exaustivamente e nem sequer ter acesso ao seu pagamento; seu agressor havia confiscado o cartão do banco sob ameaça de agressão e/ou situação vexaminosa. Ou seja, em alguns casos, a mulher vive em estado de isolamento social em que seu agressor é sua única referência, como aponta o estudo de Grossi, Tavares e Oliveira (2008).

SOBRE AS COSTURAS QUE SE FAZ JUNTO – E SÓ ASSIM

Diante do exposto, é central no fazer da Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade a constituição e o aprimoramento de redes de apoio para as mulheres que nos acessam. De acordo com o Dicionário Online de Português (2021), a palavra rede refere um tecido formado pelo “entrelaçamento de fibras que são ligadas por nós ou entrelaçadas nos pontos de cruzamento”. Essa conceituação já nos dá uma pista do caminho à frente, afinal, vale transpormos os nós literais, entendendo-os como amarrações que se dão no âmbito do coletivo.

As redes sociais de apoio, devido à sua complexidade, podem ser compreendidas em termos primários, intermediários e secundários (KRIEGER; TAVARES; OLIVEIRA, 2008/2009). Primariamente, elas são formadas por todos aqueles cujo indivíduo entende se relacionar de modo significativo (KRIEGER; TAVARES; OLIVEIRA, 2008; SLUZKI, 1997 apud ROCHA; GALELI; ANTONI, 2019); estão aí compreendidas a família, os vizinhos, os amigos, os colegas de trabalho e

as organizações políticas e religiosas, originando-se, especialmente, da socialização. (KRIEGER; TAVARES; OLIVEIRA, 2008). Já as redes sociais de apoio intermediárias dizem respeito a pessoas que foram capacitadas, as quais podem compor setores da saúde, da educação, da Igreja, ou da própria comunidade (IDEM). Um bom exemplo de componentes dessa rede são as Promotoras Legais Populares (PLPs), que são “lideranças comunitárias com noções básicas de Direito e outras temáticas pertinentes ao seu contexto de atuação” (THEMIS, 2021). Por fim, a rede social secundária de apoio é incumbida de fornecer apoio especializado às pessoas e é composta por instituições públicas e privadas, assim como pelas organizações não-governamentais (KRIEGER; TAVARES; OLIVEIRA, 2008). De modo geral, as redes favorecem as trocas entre indivíduos e grupos (DUTRA et al., 2013), sendo, para tanto, “flexíveis, resistentes e recíprocas” (SANTOS, 2019, p. 145), etc.

Destarte, as redes de apoio têm sua atuação voltada ao fortalecimento da pessoa, dando legitimidade a suas narrativas (KRIEGER; TAVARES; OLIVEIRA, 2008), o que é fundamental no enfrentamento a situações de risco (ROCHA; GALELI; ANTONI, 2019) e na interrupção do ciclo de violência, ao fornecer subsídios para que se compreenda os mecanismos da violência. Nesse sentido, as redes de apoio podem ser decisivas para que as mulheres decidam prestar queixa contra seus agressores (JÁ JONG et al., 2008 apud ROCHA; GALELI; ANTONI, 2019); quando efetivas, elas são importantes produtoras de saúde (ROCHA; GALELI; ANTONI, 2019), promovendo cuidado e sendo uma alternativa para o sofrimento (SANTOS, 2019). Enfatizamos a importância das redes, em especial as secundárias, prestarem um apoio integral à mulher, dada a complexidade do fenômeno da violência (GOMES et al., 2012).

O encontro dos pontos alinhava saberes de diferentes áreas do conhecimento, constituindo uma rede de serviços, organizações e parcerias. Assim, ao lançar mão de um entendimento interdisciplinar, inserimos elementos pertinentes à Psicologia, ao Serviço Social, à Saúde Coletiva, ao Jornalismo, às Letras, ao Direito e à Enfermagem nessa composição a várias mãos, valorizando uma interação dialógica e povoando a solidão entre os saberes que ficam isolados. Só assim, no coletivo, é que conseguimos problematizar as implicações que nos situam nas relações étnico-raciais, de gênero, de classes, etc., assim como os atravessamentos desse tipo atuam de forma propulsora no sofrimento psíquico das mulheres que procuram o serviço da CliFI. Trata-se de um bordado feito à mão, ou, ainda, com todo o corpo. O novelo, aqui, não é de lã, mas de afetos.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. Início da pandemia de Covid-19 teve aumento de feminicídios no Brasil. **JORNAL DO COMÉRCIO**: Porto Alegre, 22 mar. 2021. Disponível em:

<https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/jornal_da_lei/2021/03/783539-inicio-da-pandemia-de-covid-19-teve-aumento-de-femicidios-no-brasil.html> Acesso em: 31 out. 2021.

AKOTIRENE, C. O que é Interseccionalidade? Entrevista. **Portal Geledés**. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>> Acesso em 31 de out. 2021.

BANDEIRA, L.M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.

Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, ed. 2, p. 449-469, Maio/Agosto de 2014. Disponível

em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>> Acesso em: 25 out. 2021. DOI: 10.4013/ctc.2019.121.06.

BRASIL, **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em 30 out 2021;

CHAVES, R.S.L.; FINCO, D. DESIGUALDADES, VIOLÊNCIAS E PANDEMIA: Mulheres em Redes na Construção de uma Pedagogia Crítica Feminista. In: GOBBI, M.P.; PITO, J.D. (org.).

COLETIVOS, MULHERES E CRIANÇAS EM MOVIMENTOS: Na Pandemia, do Podcast

ao Livro. São Paulo: FEUSP, 2021. p. 301-312. ISBN 978-65-87047-13-3. Disponível

em:<[https://www.researchgate.net/profile/Marcia-](https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Gobbi/publication/349009481_Coletivos_mulheres_e_crianças_em_movimento_-_na_pandemia_do_podcast_ao_livro/links/601b465192851c4ed54909d2/Coletivos-mulheres-e-crianças-em-movimento-na-pandemia-do-podcast-ao-livro.pdf)

[Gobbi/publication/349009481_Coletivos_mulheres_e_crianças_em_movimento_-_na_pandemia_do_podcast_ao_livro/links/601b465192851c4ed54909d2/Coletivos-mulheres-e-crianças-em-movimento-na-pandemia-do-podcast-ao-livro.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Gobbi/publication/349009481_Coletivos_mulheres_e_crianças_em_movimento_-_na_pandemia_do_podcast_ao_livro/links/601b465192851c4ed54909d2/Coletivos-mulheres-e-crianças-em-movimento-na-pandemia-do-podcast-ao-livro.pdf)> Acesso em: 25 out. 2021;

CliFI. Costura Metodológica. **Documento do Programa de Extensão da Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**.

2021. Texto não publicado.

DUTRA, M.L.; PRATES, P.L.; NAKAMURA, E.; VILLELA, W.V.. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 18, ed. 5,

p. 1293-1304, 2013. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000500014>> Acesso em: 25 out. 2021;

ENCARNAÇÃO, Wagner S. A instrumentalidade do Serviço Social na Atuação profissional do/a assistente social. In: **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis**, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203206/Encarna%C3%A7%C3%A3o_A%20instrumentalidade%20do%20Servi%C3%A7o%20Social%20na%20atua%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 out. 2021;

GOMES, N.P.; BOMFIM, A.N.A.; DINIZ, N.M.F.; SOUZA, S.S.; COUTO, T.M. Percepção dos Profissionais da Rede de Serviços sobre o Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. **Rev. enferm.**, Rio de Janeiro, v. 20, ed. 2, p. 173-178, Abril/Junho de 2012. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/4035>> Acesso em: 25 out. 2021;

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, ed.3, Cortez, 2000. Disponível em:<<https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>> Acesso em: 29 out. 2021;

KRIEGER, P.G.; TAVARES, F.A.; OLIVEIRA, S.B. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea Digital**, Barcelona, Espanha, ed. 14, p. 267-280, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53701417>>. Acesso em: 25 out. 2021;

LEMOS, A. S.; FACEIRA, L.S. **A Importância da Produção de Conhecimento na Formação Profissional do Assistente Social**. In: II Congresso de assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/069.pdf>> Acesso em: 27 out. 2021;

SANTOS, D.D.B. Engajando-se nas Redes de Apoio em Favor do Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres. **Anais do VI Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**, São Leopoldo, v. 6, p. 142-153, 2019. Disponível em:<<http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/902>> Acesso em: 25 out. 2021;

THEMIS, GÊNERO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Promotoras Legais Populares**. 2021. Disponível em: <<http://themis.org.br/fazemos/promotoras-legais-populares/>> Acesso em: 25 out. 2021;

VASCONCELOS, E. M.; WCKK, M. Desafios e recomendações para a realização de atividades de ajuda mútua on-line no campo da saúde mental (5ª versão). **Projeto Transversões ESS-UFRJ**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-aHs4-LMeQU_tSKhzCRZr9JDxrXs7d9d/view>. Acesso em 29 out 2021.

**Trabalho apresentado no II Encontro de Serviços-Escola de Psicologia do Rio Grande do Sul:
Desafios e legados da pandemia**

Link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=gETMbMdHo-g>

Dados sobre as autoras:

- *Amanda Corrêa de Araújo*: Gestora de Recursos Humanos pela UniRitter. Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- *Daniela Dworakowski Dall’Agnol*: Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela UFRGS. Graduanda de Psicologia da UFRGS.
- *Mariane Svirski*: Graduanda de Psicologia da UFRGS.
- *Manoela Horowitz Petersen*: Bacharela em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Assistente Social vinculada à UFRGS.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).